

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 23/Out



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1847 | 2017



CNTV realiza 9º Congresso em Brasília

Congresso NACIONAL VIGILANTES

Reforma Trabalhista/Roubo de direitos
Atualização da lei 7.102/Emprego e segurança
Nenhuma conquista e direito a menos
Mais valorização e respeito

25 Anos

Em defesa da vida dos Vigilantes do Brasil

Brasília/DF 26, 27 e 28 de outubro de 2017
Manhatan Plaza Hotel
SHN Q. 2 - Asa Norte, Brasília - DF

Nos dias 26, 27 e 28 de outubro, representantes de vigilantes de todo o país se reúnem em Brasília para o 9º Congresso dos Vigilantes, realizado pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV). Diretores de sindicatos e federações participarão de um intenso debate sobre a conjuntura nacional, incluindo os principais desafios que a classe trabalhadora deve enfrentar nos próximos meses – as reformas trabalhista e previdenciária.

É também no Congresso onde será decidida a agenda para o próximo ano, com a aprovação e elaboração da Carta Compromisso para 2018. Além disso, também será realizado um balanço das negociações coletivas deste ano, assim como uma avaliação dos novos cenários de negociação e direitos coletivos.

Assuntos como o Estatuto da Segurança Privada – que acabou de ter o substitutivo da Câmara dos Deputados aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) – também estão na pauta de discussões. O objetivo é esclarecer dúvidas e debater mudanças que o novo texto trará para a categoria uma vez que for aprovado pelo plenário do senado e sancionado pela presidência.

Para o presidente da CNTV, José Boaventura, é fundamental que sindicatos e federações tragam para o Congresso as principais demandas de suas bases. “Assim, teremos uma visão ampla das lutas de todo o país, elaborando planos de ações que serão eficazes e trarão avanços e conquistas de norte a sul”, afirmou.

Fonte: CNTV

MAIS UM DIA DE LUTA DOS VIGILANTES PELA MANUTENÇÃO DO EMPREGO



Deputado e diretor da CNTV, Chico Vigilante com trabalhadores

Os vigilantes do Distrito Federal enfrentam uma vigorosa batalha, desde o último domingo (14), pela manutenção do emprego. Na última sexta-feira (20) não poderia ser diferente.

O deputado e diretor da CNTV, Chico Vigilante passou o dia visitando as frentes de trabalho. Todas as ações são feitas em conjunto com o Sindicato dos Vigilantes. Pela manhã, ele foi à UPA de São Sebastião, passou pelos hospitais de Sobradinho e de Planaltina, canil e hospital de apoio. Nesta tarde, o distrital foi ao parque de apoio da secretaria, no SIA, e ao HMIB. Chico Vigilante relata ter encontrado mulheres e homens dispostos a batalharem até as últimas consequências pela manutenção dos empregos. “Pude constatar a presença de vigilantes

que trabalham no mesmo posto há mais de vinte anos, por exemplo, e que vieram da antiga empresa Planalto que, ao quebrar, nem pagou os direitos”, disse.

Para o deputado, o mais grave é a ingerência de atores de dentro da Secretaria de Saúde “defendendo empresas picaretas” ao permitir o remanejamento por parte das firmas dos vigilantes.

“Tudo isso está acontecendo devido à incompreensão de alguns técnicos de saúde que afirmam que a contratação foi de serviço e, não, de gente”, disse.

O deputado lembrou que na quinta-feira (19) manteve quatro reuniões com autoridades do Tribunal de Contas do Distrito Federal e que aguarda uma decisão da corte essa terça-feira (24). Também acionou o Ministério Público do Trabalho,

inclusive, com uma audiência agendada para a próxima segunda-feira, às 15h, com a procuradora Daniela Costa Marques. Ontem à noite, a situação ficou tensa quando trabalhadores da empresa Visan decidiram tomar os postos de serviço. “Felizmente, o

governo determinou que eles se retirassem dos locais e os atuais trabalhadores continuam prestando o serviço, garantindo a segurança dos órgãos públicos de saúde, como forma de manter os seus empregos”, finalizou.

Fonte: Chico Vigilante

SINDFORTE/RN, FAZ PRESTAÇÃO DE CONTAS E ELEGE DELEGADO DE BASE



O SINDFORTE/RN presta contas a cada seis meses

Nos últimos dias 16 e 19 de outubro, o SINDFORTE/RN, fez pela segunda vez este ano, sua prestação de contas, nas cidades de NATAL e MOSSORÓ. A ação contou com a participação de um grupo de estudantes que estão fazendo pós-graduação do curso de psicologia na UNP e que por sua vez estão fazendo um estudo com os profissionais vigilantes. Além disso, foi realizada eleição dos delegados de base que irão defender os interesses da categoria por seis meses em suas respectivas bases.

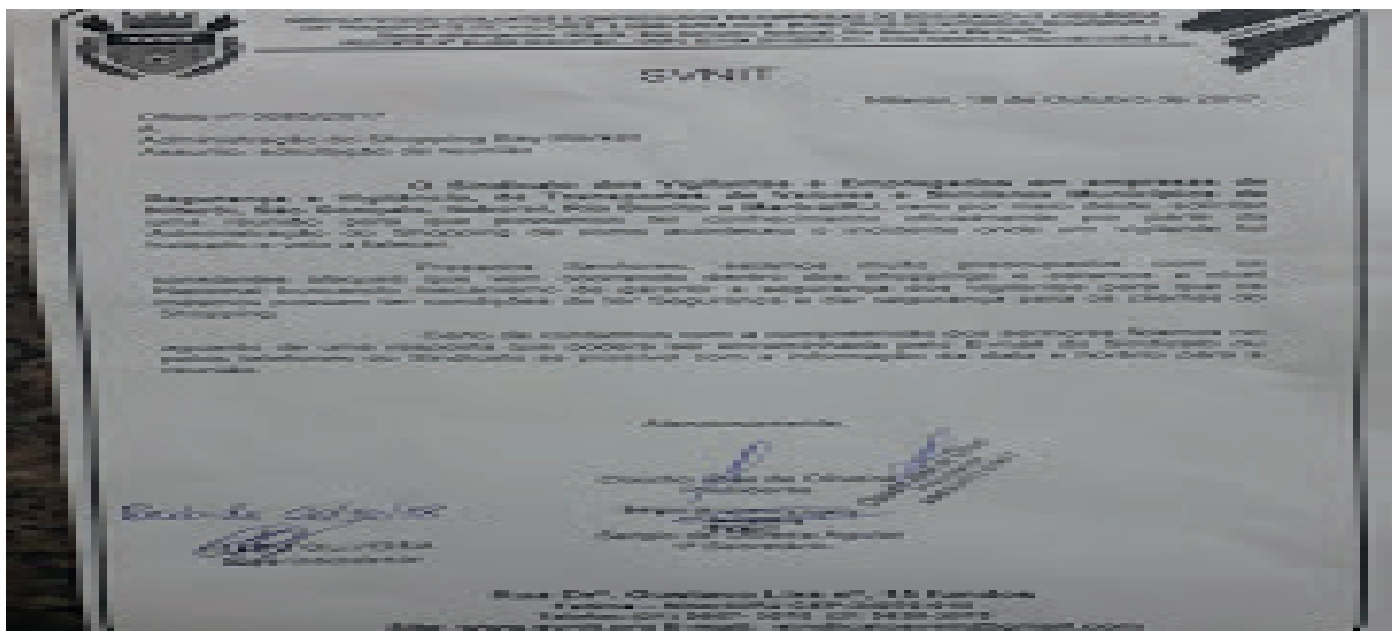
O SINDFORTE/RN, faz questão de fazer sua prestação de contas de seis em seis meses viabilizando também no MPT, todo o seu

histórico financeiro, mostrando à categoria a veracidade do que dizemos, ao contrário de alguns que são financiados pelos patrões em troca de migalhas se beneficiando e prejudicando outros trabalhadores pais de família que querem ganhar o seu pão de cada dia com dignidade.

Agradecemos a todos que participaram das assembleias acreditando que só com a nossa união conseguiremos encarar e vencer as dificuldades que estão por vir com esta reforma trabalhista estando do lado do único representante de fato e de direito que possa defende – los.

Fonte: SindForte-RN

Sindicato Svnit solicita reunião com Shopping Bay Market e faz denúncia à Polícia Federal



O sindicato protocolou ofício à direção do shopping

Cumprindo o que prometemos, buscamos conversar com a direção do shopping Bay Market e como não conseguimos protocolamos um ofício solicitando uma reunião, imediatamente já fomos comunicado pelo Shopping que será na próxima terça feira dia 24/10/17 as 15 horas.

Vamos em busca de esclarecimentos. Também oficializamos a Polícia Federal um pedido de fiscalização por desvio de função, pois tem prestando serviço para o Shopping Vigilante fazendo Segurança e vigias/porteiros fazendo ronda e com rádios de comunicação se comunicando entre si o que no nosso entendimento é desvio de função.

Estamos na rua visitando outros shopping e onde detectarmos a mesma situação vamos denunciar a Polícia Federal, estamos seguindo orientação do Coordenador da CCASP (Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada).

O Dr. Carlos Rogério Ferreira Cota, que orientou para que ao detectar algo de irregular em algum posto de serviço como por exemplo segurança irregular que fizéssemos a denúncia a DPF e também em Brasília é o que estamos fazendo.

Fonte: SVNIT

Sindivigilantes do Sul bloqueia agência do Bradesco



Diretores Sindivigilantes do Sul durante ato

Uma equipe do Sindivigilantes do Sul manteve bloqueada a agência do Bradesco na Rua Vigário José Inácio, em Porto Alegre, desde o final da manhã de ontem até o final da manhã de sexta-feira (20). A fiscalização do sindicato constatou que o detector de metais da porta de entrada não estava funcionando.

A gerência informou que só hoje haveria o conserto e, diante do risco à segurança dos vigilantes, funcionários e clientes do banco, os dirigentes e apoios interditaram a entrada.

Nesta manhã o bloqueio foi mantido, até a chegada da empresa de manutenção que consertou o defeito no mecanismo. Participaram da operação os diretores (as) e apoios Fabiano Sanhudo, Eni Severo, Mariza Abrão, Luiz Carlos Borges, Ivo Carioca, Marlon Costa, Luiz Paulo Mota e Jaqueson Fernandes, com o apoio do Sindicato dos Bancários.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Bancários de Brasília defendem Caixa 100% pública em Dia Nacional de Luta



O governo ilegítimo de Michel Temer propôs alterações no estatuto da empresa, que abrem o capital da Caixa ao mercado financeiro.

Empregados e empregadas da Caixa protestaram em todo o país, nessa quarta-feira (18), contra os ataques à Caixa como banco 100% público e em defesa dos participantes da Funcef, o fundo de pensão dos bancários da instituição. Neste Dia Nacional de Luta, a mobilização organizada pelo Sindicato em Brasília se concentrou em frente ao edifício Matriz I e também dialogou com clientes e usuários nas agências.

A atividade nacional também cobrou o pagamento do contencioso pela Caixa e contra o PLP 268/16, que propõe a redução da presença dos trabalhadores na gestão dos fundos de pensão. Os trabalhadores assinaram o abaixo-assinado da campanha “Contencioso: essa dívida é da Caixa”, disponível online.

Enilson da Silva, diretor da Federação dos Bancários do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), lembra que a Caixa foi criada para ajudar o Brasil a corrigir as desigualdades, sendo crucial a manutenção da empresa 100% pública para continuar gerindo as políticas públicas. “O desmonte da Caixa, o seu enfraquecimento e sua iminente privatização traria como prejuízo a perda de uma instituição que é fundamental para a correção das distorções sociais deste país”, alerta o dirigente.

“Só a Caixa faz pagamento do Bolsa Família, financiamento do ‘Minha Casa, Minha Vida’, obras de infraestrutura que levam água, esgoto e energia aos rincões do país. A população carente perde muito e todo o restante da população também. Se abrirem

o capital da Caixa, vamos perder a principal característica da empresa, a social”, reforça Ilva Alves, diretora da Fetec.

Abertura de capital

O governo ilegítimo de Michel Temer propôs alterações no estatuto da empresa, que abrem o capital da Caixa ao mercado financeiro. Entre as mudanças, está a limitação das despesas com pessoal, que ameaça os direitos dos trabalhadores, e a reversão do papel social da Caixa para sociedade anônima (S/A).

Para Rafaella Gomes, diretora do Sindicato

dos Bancários de Brasília, “os empregados da Caixa precisam ficar atentos às tentativas de desmonte da nossa empresa. A alteração do estatuto, por exemplo, foi convocada às pressas para entregar o capital da empresa nas mãos do setor privado. A mobilização e união dos trabalhadores são necessárias para reforçar a importância da Caixa no desenvolvimento do país”, destaca.

Os empregados lotados no Matriz I também puderam contribuir com o abaixo-assinado que pede a revogação da reforma trabalhista, outro ataque do governo de Temer aos direitos dos trabalhadores.

Fonte: Seeb Brasília

Luta contra fechamento de agência é símbolo de resistência ao desmonte da Caixa em SP



A luta do Sindicato pela permanência da unidade, que se tornou símbolo da mobilização contra o desmonte

O Itaim Paulista, distrito mais populoso de São Paulo, com mais de 240 mil moradores, possui o oitavo menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da capital paulista. Um dos seus bairros, o Jardim Camargo Novo, se não fosse a presença da Caixa, seria a maior área sem agências bancárias

do distrito. E essa é justamente uma das cerca de 100 unidades que a direção da Caixa pretende fechar, com encerramento das atividades previsto para 10 de novembro. A luta do Sindicato pela permanência da unidade, que se tornou símbolo da mobilização contra o desmonte do banco público, ganhou forte apoio da população local.

“Estamos há vários dias ocupando a frente da agência Jardim Camargo Novo, dialogando com bancários e população. Lideranças locais e a comunidade em geral abraçaram a nossa luta, pois sabem que a presença da Caixa é fundamental para o desenvolvimento da região. Já coletamos quase duas mil assinaturas contra o desmonte da Caixa e pela continuidade das atividades dessa agência”, relata o diretor do Sindicato e coordenador da CEE/Caixa, Dionísio Reis.

O líder comunitário do Itaim Paulista, Euclides Mendes, o Kiko, alerta que o fechamento da agência Jardim Camargo Novo afeta uma

população de baixa renda, extremamente carente de equipamentos públicos.

“São pessoas de baixo poder aquisitivo, que dificilmente possuem contas em bancos privados. Possuem contas-poupança na Caixa, para pequenas movimentações. Além disso, são atendidas por programas sociais. Aí você imagina o impacto para uma pessoa, que recebe um benefício de R\$ 100, ter de gastar R\$ 7,60 de condução só para se deslocar até o banco para sacá-lo. Sem a Caixa do Jardim Camargo Novo, tira-se recursos justamente das pessoas que mais necessitam”, explica Kiko.

“A Caixa é o único banco que temos. Os outros bancos não querem atender na região. Por isso, a sociedade civil está se manifestando. Todos perdem com o fechamento da agência: população, comerciantes e o desenvolvimento local. Tanto é que, em reuniões que tivemos para discutir o fechamento da agência, tivemos a presença de um representante de uma rede de farmácias. Ele sabe que, fechando a agência, vai vir prejuízo para os comerciantes”, acrescenta o morador do Itaim Paulista e Conselheiro Municipal de Políticas Urbanas de São Paulo, Leonardo Medeiros da Silva.

Leonardo lembra ainda que, com o fechamento da agência da Caixa, mais uma vez a periferia será esquecida pelo poder público. Para o dirigente do Sindicato e empregado da Caixa, Francisco Pugliesi, o Chico, a adesão da população à luta contra o desmonte dos bancos públicos, imposto pelo governo Temer, é de fundamental importância.

“A luta contra o fechamento da agência Jardim Camargo Novo tornou-se um símbolo da nossa resistência contra o desmonte e privatização dos bancos públicos. O debate que fazemos com a população da região é o mesmo que temos feito nacionalmente, mostrando a importância dessas instituições para as pessoas e para o país. A Caixa sozinha responde por 75% do crédito imobiliário, pela grande maioria dos programas sociais e administra o FGTS. Além disso, atua em regiões onde bancos privados não têm interesse, como é o caso do Jardim Camargo Novo”, enfatiza Chico.

O Sindicato, a Apcef e a população local vão permanecer mobilizados na agência, junto aos bancários, até que a Caixa abra negociação sobre o fechamento da unidade. O Sindicato também enviou ofício à direção da banco reivindicando que a decisão de fechar mais de 100 agências seja revista”.

Dia de luta – No dia 18 será realizado Dia Nacional de Luta em defesa da Caixa e dos participantes da Funcef. Em todo o país, entidades como Fenae, Apcefs, centrais sindicais, Contraf, federações e sindicatos vão mobilizar trabalhadores e sociedade em defesa da manutenção do banco 100% público.

“Conclamamos todos os empregados a vestirem vermelho no dia 18, representando nossa raiva contra essa direção, que pretende abrir o capital da Caixa e vendê-lo em partes. Além disso, é muito importante que a categoria e a população participem da audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo. O desmonte da Caixa, com o fechamento de agências, prejudica a todos”, conclama Dionísio.

Audiência Pública - Também no dia 18 será realizada audiência pública, às 19h, na Câmara Municipal de São Paulo, em defesa dos bancos públicos. A intenção é detalhar à população os riscos do desmonte dessas instituições para o desenvolvimento local. Será o quarto encontro, de uma série de seis já agendados na base do Sindicato. Antes foram realizadas em Embu das Artes, Carapicuíba e Barueri. Lideranças do Jardim Camargo Novo, e de todo o Itaim Paulista, já confirmaram presença na audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo.

“Temos de batalhar. Dia 18 vai ter a audiência pública e dia 20 reunião com o subprefeito. Como representante do poder público municipal da região, ele também tem de ser cobrado”, disse Leonardo. “Estamos mobilizando a população, não só a do Jardim Camargo Novo, como também dos bairros próximos, para comparecer à audiência pública”, acrescenta Kiko.

Fonte: Seeb SP

Entenda o que muda com a nova portaria sobre o trabalho escravo



Mesmo que um trabalhador seja encontrado em condições degradantes a dignidade humana, se ele não estiver impedido de ir e vir, tal situação não irá caracterizar que ele esteja em condições de trabalho análogo à escravidão. É o que quer dizer o ministro do trabalho, Ronaldo Nogueira (PTB), por meio da Portaria nº 1.129, publicada na segunda-feira (16) no Diário Oficial da União.

A medida alterou o conceito de trabalho escravo, o que para o procurador Roberto Ruy Netto, da Coordenadoria Regional de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho no Pará, não cabe ao ministro fazer alterações de cunho jurídico. Para ele, a medida se sobrepõe a própria

legislação nacional.

“O ministro do trabalho, além de não ter essa atribuição pela Constituição, ele, ainda assim, está tentando regulamentar uma matéria que é de direito penal e que não tem nada a ver com a pasta dele. Então, ele está tentando alterar um conceito legal que já está definido no Código Penal, que é o artigo 149 onde a gente tem o conceito do que é o trabalho análogo ao do escravo”, explica Netto.

O artigo 149 define quatro elementos que caracterizam o trabalho análogo à escravidão: quando a pessoa se encontra em condições de trabalho degradantes; jornada exaustiva; trabalho forçado e servidão por dívida. Frei Jean Marie Xavier Plassat, coordenador da Campanha contra o Trabalho Escravo na

Comissão Pastoral da Terra (CPT), explica que a portaria limita o conceito de escravidão a única condição que é a da liberdade do trabalhador.

“O que a portaria diz? Ela diz que nenhuma dessas condições valem sozinhas e só valerá, para ser considerada como trabalho escravo, se, ao mesmo tempo que tem isso, tem o uso de força armada para obrigar os camaradas a não saírem do local, você imagina uma coisa dessas? Significa que só seria trabalho escravo se a pessoa fosse literalmente amarrada ao trabalho ou obrigada, debaixo da mira de uma carabina, a continuar trabalhando”, diz.

De acordo com o procurador do trabalho, a principal causa que identifica o trabalho escravo atualmente no país são as condições degradantes em que os trabalhadores, rurais ou urbanos vivem. No caso de trabalhadores rurais, muitos já foram encontrados dormindo debaixo de barracões de lonas ou em currais junto com os animais, sem alimentação e higiene adequadas, o que viola a dignidade da pessoa humana.

Para Frei Plassat, a alteração definida pela portaria reduz a um conceito que não condiz a realidade brasileira. No Brasil, desde 1995, já foram resgatadas cerca de 52 mil pessoas

em condições análogas à escravidão.

“Conseguimos porque temos uma definição de trabalho escravo extremamente robusta, clara, moderna e adaptada a realidade de hoje. E dois: porque criamos vários instrumentos para identificar o trabalho escravo com um grupo móvel especializado”, explica.

A portaria também determina que as fiscalizações somente terão validade se um Boletim de Ocorrência for registrado em uma delegacia. Outra regra é referente a divulgação da chamada lista suja que é o cadastro de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à de escravo.

A partir de agora, esse documento só poderá ser publicado com autorização do ministro do trabalho. A publicação da lista será feita no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e serão divulgadas duas vezes ao ano, no último dia útil dos meses de junho e novembro. Antes, a organização e divulgação eram de responsabilidade da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) e a atualização da relação ocorria a qualquer momento.

Fonte: Brasil de Fato



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Leidiane Souza
Diagramação: Leidiane Souza

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF